



Organização  
Pan-Americana  
da Saúde



Organização  
Mundial da Saúde  
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS  
Américas

## 53º CONSELHO DIRETOR

### 66ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 29 de setembro a 3 de outubro de 2014

---

*Tema 6.1 da Agenda Provisória*

CD53/20

5 de agosto de 2014

Original: inglês

#### **SELEÇÃO DE UM ESTADO MEMBRO DA REGIÃO DAS AMÉRICAS COM DIREITO A INDICAR UMA PESSOA PARA FAZER PARTE DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO CONJUNTA DO PROGRAMA ESPECIAL DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO SOBRE DOENÇAS TROPICAIS (TDR) DO UNICEF/PNUD/BANCO MUNDIAL/OMS**

#### **Resumo**

1. O Programa Especial de Pesquisa e Ensino sobre Doenças Tropicais (TDR) é um programa mundial independente de colaboração científica. Estabelecido em 1975 e copatrocinado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS), o programa tem a finalidade de ajudar a coordenar, apoiar e influir nos esforços globais de combate a um conjunto de doenças graves que afetam as populações pobres e desfavorecidas.
  2. O Comitê de Coordenação Conjunta (JCB) é o órgão diretivo máximo do TDR. É formado por 28 membros. Desses 28 representantes, 6 governos são selecionados pelos Comitês Regionais da OMS entre os países diretamente afetados pelas doenças tratadas pelo Programa Especial, ou entre aqueles que prestam apoio técnico ou científico ao TDR (parágrafo 2.2.2 do Memorando de Entendimento [ME] do TDR). Além disso, 12 membros são selecionados entre os contribuintes de recursos do TDR, sendo parte deles organizados em eleitorados de dois ou mais governos (parágrafo 2.2.1 do ME). Seis membros são selecionados de outras partes cooperantes (parágrafo 2.2.3) e quatro são os organismos de copatrocinio do TDR que são membros permanentes do JCB (parágrafo 2.2.4).
  3. No dia 31 de dezembro de 2014, chega ao fim o mandato de quatro anos do Peru (na qualidade de membro do JCB conforme o parágrafo 2.2.2), abrindo uma vaga na Região das Américas. Na Trigésima-sétima sessão do JCB em Genebra, realizada em junho de 2014, renovou-se a afiliação de Cuba, consoante o parágrafo 2.2.3, por outro período de quatro anos (2015-2018). Na mesma sessão, o Peru teve seu pedido de
-

afiliação ao JCB em conformidade com o parágrafo 2.2.3, para o mesmo período (2015-2018).

4. De acordo com o parágrafo 2.2.2 do Memorando de Entendimento, solicita-se que o Conselho Diretor, atuando na qualidade de Comitê Regional da OMS para as Américas, selecione um Estado Membro com direito a indicar uma pessoa para fazer parte do Comitê de Coordenação Conjunta do TDR com um mandato de quatro anos, com início em 1º de janeiro de 2015. Qualquer Estado Membro da Região atende aos requisitos para a seleção conforme o mesmo parágrafo.

5. Os representantes dos Estados Membros selecionados pelo Comitê Regional consoante o parágrafo 2.2.2 do Memorando de Entendimento representam tanto a Região das Américas como seus respectivos países no JCB. Os Estados Membros são incentivados a nomear um representante que reúna as qualificações indicadas no anexo A. Seus indicados devem ter o compromisso de cumprir o mandato inteiro, assegurando, portanto, a continuidade. Os representantes devem fornecer *feedback* sobre as sessões de JCB ao Escritório Regional e ao Comitê Regional.

### **O Programa Especial**

6. O enfoque do Programa Especial é a pesquisa relacionada a doenças infecciosas que acometem as populações mais vulneráveis.

7. O JCB é composto por 28 membros entre as Partes Cooperantes, distribuídos da seguinte forma:

- a) doze representantes dos governos que contribuem com recursos ao Programa Especial;
- b) seis representantes do governo selecionados pelos Comitês Regionais da OMS dentre os países diretamente afetados pelas doenças contempladas pelo Programa Especial, ou dentre os que prestam apoio técnico ou científico ao Programa Especial;
- c) seis membros indicados pelo próprio JCB, entre as Partes Cooperantes restantes;
- d) quatro copatrocinadores do Programa Especial.

8. Os membros do JCB cumprem um período de quatro anos e podem ser designados novamente.

9. Outras Partes Cooperantes podem, mediante solicitação, ser representadas como observadores após a aprovação do JCB.

10. As reuniões do Conselho Conjunto de Coordenação são realizadas em inglês e francês somente; portanto, é importante que a pessoa indicada para servir pelo Estado Membro possa participar em qualquer um desses idiomas. Além disso, a pessoa deve ser

pesquisadora de doenças transmissíveis, ou o seu trabalho deve ter relação estreita com a pesquisa de doenças transmissíveis, principalmente as doenças constantes do Programa Especial (ver as Diretrizes no anexo A).

11. Resumos da base científica e técnica do Programa Especial e as funções, composição e funcionamento do Conselho Conjunto de Coordenação fazem parte dos anexos A, B, C e D.

12. Para obter mais informações, você pode consultar o website de Gestão do TDR:  
<http://www.who.int/tdr/about/governance/en/>

### **Ação pelo Conselho Diretor**

13. Solicita-se ao Conselho Diretor que selecione um Estado Membro para substituir o Peru como membro do JCB consoante o parágrafo 2.2.2, cujo mandato expira ao final de 2014.

Anexos

## CD53/20 - Anexo A

### UNICEF/PNUD/Banco Mundial/OMS Programa Especial de Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) Junta Coordenadora Comum (JCB)

#### Diretrizes para os Representantes da JCB selecionados pelos Comitês Regionais da OMS

##### Antecedentes

1. Este documento proporciona diretrizes às pessoas selecionadas pelos Comitês Regionais para fazer parte da JCB.
2. Incentivam-se os representantes regionais a participar ativamente das discussões da JCB. Os representantes de países endêmicos e outros representantes regionais podem contribuir para a TDR; para tanto, devem desempenhar um papel ativo durante as sessões da JCB.
3. De modo a facilitar sua participação, os representantes regionais devem receber informações sobre a TDR antes da primeira sessão da JCB. Um representante regional deve não só ser bem versado nas relações de seu país com a TDR, mas também conhecer as atividades da TDR na região. Com uma boa informação, os representantes podem participar e contribuir para os debates da JCB, beneficiando assim a causa da TDR.
4. A Secretaria da TDR e os Escritórios Regionais ajudarão a fornecer essa informação.

##### Diretrizes sobre a função dos Representantes

- Representar tanto o país como a região na JCB, reconhecendo a importância de expressar as necessidades do país, da região e dos países endêmicos nas deliberações da Junta.
- Estar familiarizado com o trabalho da TDR e as questões regionais:
  - Ler as informações proporcionadas pelo Programa e/ou pelo Escritório Regional, no *site*: <http://www.who.int/tdr>
  - Contatar (ou visitar) representantes atuais e/ou anteriores que participaram de sessões da JCB,
  - Contatar (ou visitar) cientistas nacionais ou de países vizinhos que estejam familiarizados com o trabalho da TDR (detalhes a serem fornecidos pela TDR),
  - Contatar (ou visitar) o Escritório Regional.

- Assegurar uma sessão de informação nacional antes da sessão da JCB e enviar comentários ao Governo após a sessão da JCB.
- Assegurar uma sessão de informação do Escritório Regional antes da sessão da JCB e enviar comentários ao Escritório Regional após a sessão da JCB, com possível participação na reunião do Comitê Regional, às expensas do TDR, se for o caso.
- Participar das seguintes reuniões antes da JCB:
  - Reunião de informação da JCB
  - Reunião de representantes regionais, destinada principalmente a países endêmicos
- Participar da rede virtual de representantes regionais.
- Manter livres as datas da JCB para assegurar comparecimento durante o mandato se for indicado pelo Governo para todo o período; se não for indicado para todo o período ou se houver mudança, passar informações ao sucessor. Assegurar disponibilidade de suplentes adequados em caso de ausência e passar-lhes todas as informações.
- No final do mandato, estar preparado para fornecer informações ao próximo representante regional.

5. Recomenda-se que todos os representantes da JCB tenham as seguintes qualificações:

- Experiência no campo de uma ou mais das doenças transmissíveis que são objeto da TDR, preferencialmente na área de pesquisa ou com bom conhecimento das questões de pesquisa.
- Experiência de preferência como coordenador de pesquisa no Ministério da Saúde ou Ministério de Ciência e Tecnologia, com experiência em coordenação geral das atividades nacionais de pesquisa em saúde e colaboração com o Escritório Regional e a TDR.
- Fluência em inglês ou francês, idiomas de trabalho da OMS como Agência Executora para a TDR.
- Familiaridade com as atividades da OMS e outras agências especializadas da ONU e experiência em seus órgãos dirigentes e/ou reuniões científicas internacionais.
- Conhecimento sobre o trabalho da TDR ou disposição de adquirir rapidamente esse conhecimento.
- As Partes Cooperantes que participarem como observadores também devem, de preferência, preencher essas qualificações.

## CD53/20 - Anexo B

### Um breve panorama das realizações do TDR

Fundado em 1975, o Programa Especial de Pesquisa e Ensino sobre Doenças Tropicais (TDR) tem sede na Organização Mundial de Saúde (OMS) e é copatrocinado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial e OMS. O TDR segue a estrutura organizacional de um programa das Nações Unidas e conta com a participação de uma ampla variedade de partes interessadas, o que o coloca em uma posição única para desempenhar um papel fundamental de catalisador, facilitador e assessor no debate global da pesquisa em saúde.

O TDR tem um histórico comprovado de ter feito importantes contribuições para o desenvolvimento de abordagens novas e aprimoradas para o controle das doenças infecciosas da pobreza, a capacitação em pesquisa e a instituição de liderança nos países de baixa e média renda com doenças endêmicas. As realizações do TDR obtiveram reconhecimento internacional em 2011 quando lhe foi outorgado o prestigioso Prêmio Gates de Saúde Global. Entre as suas realizações estão:

- Liderar pesquisas em apoio a campanhas para a eliminação das 5 principais doenças negligenciadas.
- Desenvolver, em parcerias especiais com outras entidades, 12 novos medicamentos para doenças parasitárias.
- Produzir evidências para demonstrar a eficácia dos mosquiteiros tratados com inseticidas e do tratamento de combinação com artemisinina, atualmente a base do controle e tratamento da malária.
- Apoiar a pesquisa de implementação para oncocercose como um modelo de intervenção de controle e pesquisa em paralelo em saúde pública.
- Reforçar a capacidade de pesquisa tanto nas próprias instituições como com a formação de milhares de pesquisadores nos países com doenças endêmicas.
- Desenvolver a entomologia molecular básica, criando novas estratégias de engenharia genética para o controle de vetores de doenças.

### Principais programas científicos do TDR

#### PESQUISA DE IMPLEMENTAÇÃO E INTERVENÇÃO

- **Pesquisa de intervenção:** desenvolver e avaliar métodos, ferramentas e estratégias para o controle e tratamento eficazes de doenças.
- **Pesquisa operacional e de implementação:** otimizar a aplicação de inovação para maior impacto em saúde nos países com doenças endêmicas.

- **Pesquisa sobre vetores, meio ambiente e sociedade:** contemplar as complexas interações que influenciam a transmissão e o controle de doenças com pesquisa integrada e multidisciplinar na comunidade e nos ecossistemas.

## **FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE PESQUISA E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

- **Fortalecimento da capacidade de pesquisa:** apoiar a formação, desenvolvimento de liderança e capacitação relacionada a projetos a fim de fortalecer a capacidade dos países e regiões de responder às próprias necessidades de pesquisa.
- **Análise de vulnerabilidades para definição da agenda:** promover a definição de prioridades com base em evidências a fim de identificar as necessidades emergentes em pesquisa e fortalecimento da capacidade.
- **Parceria e participação:** criar redes e colaborar com os parceiros e copatrocinadores do TDR e OMS para sincronia e alinhamento dos objetivos globais de saúde.

**Protocolo de Acuerdo relativo a las estructuras  
administrativas y técnicas del Programa Especial de Investigaciones  
y Enseñanzas sobre Enfermedades Tropicales**

(1978; enmendado en 1988, 2003, 2006, 2008 y 2013)

En el presente Protocolo de Acuerdo se estatuyen las funciones, la composición y el funcionamiento de la Junta Coordinadora Común, del Comité Permanente y del Comité Consultivo Científico y Técnico del Programa Especial de Investigaciones y Enseñanzas sobre Enfermedades Tropicales (llamado a continuación Programa Especial). El Programa Especial responde en su estructura al patrocinio que ejercen conjuntamente<sup>1</sup> el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (llamado en lo que sigue el UNICEF), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (llamado en lo que sigue el PNUD), el Banco Mundial (llamado en lo que sigue el Banco) y la Organización Mundial de la Salud (llamada en lo que sigue la OMS) y opera en un amplio marco de cooperación y participación de diversos gobiernos y organizaciones.

**1. DEFINICIONES**

- 1.1 El Programa Especial es un programa mundial de cooperación técnica internacional emprendido por la OMS y copatrocinado por el UNICEF, el PNUD y el Banco, y se guiará por los planes estratégicos elaborados por la Secretaría y aprobados por la Junta Coordinadora Común.
- 1.2 Son Partes Cooperantes:
  - 1.2.1 los gobiernos que aportan recursos para el Programa Especial; los gobiernos que prestan apoyo técnico o científico al Programa Especial; y los gobiernos cuyos países están directamente afectados por las enfermedades que son objeto del Programa Especial;
  - 1.2.2 las organizaciones intergubernamentales y otras entidades de finalidad no lucrativa que aportan recursos para el Programa Especial o le prestan apoyo técnico o científico.
- 1.3 El Organismo de Ejecución es la OMS.
- 1.4 Los recursos del Programa Especial son recursos financieros facilitados al Programa Especial por los gobiernos y organizaciones a través de un fondo administrado por la OMS.

---

<sup>1</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 27.ª reunión de la Junta en 2004. [Véase el informe de la JCB(26), documento TDR/JCB(26)/03.3].



## **2. JUNTA COORDINADORA COMÚN (JCB)\***

### **2.1 Funciones**

Con el fin de coordinar los intereses y responsabilidades de las Partes Cooperantes en el Programa Especial, la JCB tendrá las funciones siguientes:

- 2.1.1 Examinar y adoptar decisiones relativas a la planificación y ejecución del Programa Especial. Con este fin se mantendrá al corriente del desarrollo del Programa Especial en todos sus aspectos y estudiará los informes y recomendaciones que le presenten el Comité Permanente, el Organismo de Ejecución y el Comité Consultivo Científico y Técnico (STAC).\*\*
- 2.1.2 Aprobar el plan de acción y el presupuesto propuesto para el ejercicio financiero siguiente que habrá preparado el Organismo de Ejecución y examinado el Comité Permanente.
- 2.1.3 Examinar las propuestas del Comité Permanente y aprobar las medidas propuestas para la financiación del Programa Especial en ese ejercicio.
- 2.1.4 Examinar los planes de acción a largo plazo propuestos y sus consecuencias financieras.
- 2.1.5 Examinar el estado anual de cuentas presentado por el Organismo de Ejecución, así como el informe que al respecto habrá presentado el Comisario de Cuentas del Organismo de Ejecución.
- 2.1.6 Examinar los informes periódicos de evaluación sobre los progresos del Programa Especial en el cumplimiento de sus objetivos.
- 2.1.7 Aprobar las propuestas del Organismo de Ejecución y del Comité Permanente relativas a la composición del STAC.
- 2.1.8 Estudiar otros asuntos relacionados con el Programa Especial que le someta cualquier Parte Cooperante.

### **2.2 Composición<sup>2</sup>**

La JCB estará integrada por 28<sup>3</sup> miembros escogidos entre las Partes Cooperantes de la forma siguiente:

- 2.2.1<sup>4</sup> Doce representantes de los gobiernos que aportan recursos al Programa Especial, elegidos por quienes aportan recursos al Programa Especial. Cada uno de esos representantes gubernamentales actuará en representación de su gobierno, y también podrá actuar en representación de un grupo de países que puedan haber establecido varios gobiernos de esta categoría de miembros. Cada grupo determinará su propio procedimiento para designar su representante ante la Junta. Los gobiernos que también aspiren a actuar en la Junta en representación de un grupo deberán indicarlo así al presentar su solicitud de ingreso como miembro, en el entendimiento de que los gobiernos que formen parte de ese grupo tendrán derecho a actuar, por turno, como representantes de ese grupo en cualquier reunión de la JCB.

---

\* La sigla corresponde a la denominación en inglés: «Joint Coordinating Board».

\*\* La sigla corresponde a la denominación en inglés: «Scientific and Technical Advisory Committee».

<sup>2</sup> Los miembros se guían por el mandato de los miembros de la JCB.

<sup>3</sup> Última modificación introducida por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; en vigor a partir de la 36.<sup>a</sup> reunión de la Junta, celebrada en 2013. [Véase el informe de la JCB(35), documento TDR/JCB(35)/12.3].

<sup>4</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 31.<sup>a</sup> reunión de la Junta, celebrada en 2008. [Véase el informe de la JCB(30), documento TDR/JCB(30)/07.3].

- 2.2.2 Seis<sup>5</sup> representantes gubernamentales elegidos por los Comités Regionales de la OMS entre los países directamente afectados por las enfermedades que son objeto del Programa Especial o entre los que prestan a éste apoyo técnico o científico.
- 2.2.3 Seis miembros<sup>6</sup> designados por la misma JCB entre las Partes Cooperantes restantes.
- 2.2.4<sup>7</sup> Los cuatro copatrocinadores del Programa Especial.

Los miembros de la JCB ejercerán su cargo por un periodo de cuatro<sup>8</sup> años y son reelegibles.

Otras Partes Cooperantes pueden estar representadas a título de observadoras, previa solicitud aprobada por la JCB.

### **2.3 Funcionamiento**

- 2.3.1 La JCB celebrará una reunión anual y reuniones extraordinarias, cuando sea necesario, con el acuerdo de la mayoría de sus miembros.
- 2.3.2<sup>9</sup> La JCB elegirá un Presidente y un Vicepresidente entre los representantes de sus miembros:
  - el Presidente se elegirá cada tres años;
  - el Vicepresidente se elegirá cada dos años;
  - ambos desempeñarán sus funciones hasta que se elija a sus sucesores.

Si la Parte Cooperante que representa el Presidente deja de ser miembro de la JCB o si el Presidente deja de representar a ese miembro de la JCB, su mandato terminará antes de la fecha normal de expiración. En caso de que quede vacante la presidencia, el Vicepresidente asumirá el cargo de Presidente hasta que se elija al nuevo Presidente en la siguiente reunión de la Junta.

El Presidente y, en su ausencia, el Vicepresidente presidirán las reuniones de la JCB. Entre las reuniones, desempeñarán además las tareas que les asigne la JCB.

- 2.3.3 El Organismo de Ejecución facilitará la Secretaría y organizará los servicios y medios auxiliares que necesite la JCB.
- 2.3.4 A reserva de las disposiciones especiales que pueda adoptar la JCB, los miembros de ésta se encargarán ellos mismos de sufragar los gastos que acarree la asistencia a las reuniones de la JCB. Los observadores asistirán a las reuniones de la JCB a su propia costa. Otros gastos de la JCB se sufragarán con los recursos del Programa Especial.

---

<sup>5</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; en vigor a partir de la 36.<sup>a</sup> reunión de la Junta, celebrada en 2013. [Véase el informe de la JCB(35), documento TDR/JCB(35)/12.3].

<sup>6</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 29.<sup>a</sup> reunión de la Junta en 2006. [Véase el informe de la JCB(28), documento TDR/JCB(28)/05.3].

<sup>7</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 27.<sup>a</sup> reunión de la Junta en 2003. [Véase el informe de la JCB(26), documento TDR/JCB(28)/03.3].

<sup>8</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 31.<sup>a</sup> reunión de la Junta, celebrada en 2008. [Véase el informe de la JCB(30), documento TDR/JCB(30)/07.3].

<sup>9</sup> Última modificación por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 36.<sup>a</sup> reunión en 2013 [Véase el informe de la JCB(35), documento TDR/JCB(35)/12.3].

### **3. EL COMITÉ PERMANENTE**

#### **3.1 Composición y funciones**

El Comité Permanente estará integrado por los copatrocinadores, a saber, el UNICEF, el PNUD, el Banco y la OMS, y por el Presidente y Vicepresidente de la JCB, el Presidente del STAC, un representante del grupo de contribuyentes a la JCB (un miembro de la JCB con arreglo al párrafo 2.2.1 que antecede) y un representante de un país en el que la enfermedad sea endémica (que puede ser un miembro de la JCB con arreglo a los párrafos 2.2.2 o 2.2.3 que anteceden). El representante del grupo de los contribuyentes y el representante de un país en el que la enfermedad sea endémica serán designados por la JCB y serán miembros del Comité Permanente por un periodo de dos años, siempre que el país al que representen siga siendo miembro de la JCB.

El Comité Permanente se guiará por los procedimientos operativos estándar (aprobados por la JCB) y tendrá las siguientes funciones:

- 3.1.1 Examinar el plan de acción y el presupuesto preparados por el Organismo de Ejecución para el ejercicio financiero siguiente con suficiente antelación para que puedan ser presentados a la JCB 45 días, como mínimo, antes de la reunión anual de ésta.
- 3.1.2 Formular propuestas a la JCB para la financiación del Programa Especial durante el ejercicio financiero siguiente.
- 3.1.3 Aprobar, si procede, las reasignaciones de recursos que hayan recomendado el STAC y el Organismo de Ejecución entre sectores del Programa y entre los Grupos Científicos de Trabajo del Programa Especial durante un ejercicio financiero e informar sobre esas reasignaciones a la JCB.
- 3.1.4 Examinar los informes sometidos al Organismo de Ejecución por el Comité Consultivo Científico y Técnico (STAC) y las observaciones del Organismo de Ejecución; formular las observaciones pertinentes al respecto y transmitir las, con las observaciones oportunas, a la JCB.
- 3.1.5 Examinar aspectos concretos del Programa Especial, incluidos los puntos que le someta la JCB, y presentar sus observaciones y recomendaciones a la JCB en los correspondientes informes.
- 3.1.6 Informar a la JCB, cuando proceda, sobre cuestiones relativas al Programa Especial de interés para aquélla.

#### **3.2 Funcionamiento**

- 3.2.1 El Comité Permanente se reunirá de forma periódica, normalmente dos veces al año según se establece en los procedimientos operativos estándar.
- 3.2.2 El Organismo de Ejecución facilitará los servicios y medios auxiliares que necesite el Comité Permanente.
- 3.2.3 Los miembros del Comité Permanente se encargarán ellos mismos de sufragar los gastos que acarree la asistencia a las reuniones de dicho Comité, excepto que se establezca otra cosa en los procedimientos operativos estándar.

## **4. COMITÉ CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TÉCNICO (STAC)**

### **4.1 Funciones**

Las funciones del STAC serán las siguientes:

- 4.1.1 Examinar desde un punto de vista científico y técnico el contenido, el alcance y las dimensiones del Programa Especial.
- 4.1.2 Recomendar un orden de prioridad en el cuadro del Programa Especial, incluidas la creación y disolución de grupos científicos de trabajo y todas las actividades científicas y técnicas relacionadas con el Programa.
- 4.1.3 Facilitar a la JCB y al Organismo de Ejecución una evaluación independiente y continua de todas las actividades del Programa Especial en sus aspectos científico y técnico.

Con estos fines, el STAC podrá proponer y presentar para su estudio los documentos técnicos y recomendaciones que estime oportunos.

### **4.2 Composición**

Formarán el STAC 15<sup>10</sup> científicos y otro personal técnico, que ejercerán su cargo a título personal, en calidad de especialistas en las diversas disciplinas biomédicas o de otro tipo necesarias para las actividades del Programa Especial. El Presidente podrá, cuando lo estime necesario y con arreglo al presupuesto asignado al STAC, invitar a otros expertos a participar en las reuniones del STAC según las circunstancias.<sup>11</sup> El Organismo de Ejecución elegirá, en consulta con el Comité Permanente y con la aprobación de la JCB, a los miembros del STAC, así como a su Presidente, en función de su competencia científica y técnica.

- 4.2.1 Los miembros del STAC, incluido su Presidente, serán nombrados por un periodo de dos años y podrán ser reelegidos por uno o más mandatos adicionales de dos años cada uno. Siempre que sea posible, para asegurar la continuidad de las actividades, los mandatos iniciales de los miembros del STAC expirarán en fechas escalonadas.

### **4.3 Funcionamiento**

- 4.3.1 El STAC se reunirá como mínimo una vez al año.
- 4.3.2 El Organismo de Ejecución facilitará al STAC los servicios de Secretaría, incluido un apoyo científico, técnico y administrativo constante.
- 4.3.3 Los gastos del STAC se sufragarán con los recursos del Programa Especial.
- 4.3.4 El STAC preparará un informe anual basado en un estudio detenido de todos los aspectos técnicos y científicos del Programa Especial. Presentará este informe con sus propias observaciones y recomendaciones al Organismo de Ejecución y al Comité Permanente. El Organismo de Ejecución presentará al Comité Permanente sus observaciones sobre el informe. El Comité Permanente transmitirá a continuación el informe con las observaciones del Organismo de Ejecución y sus propias observaciones y recomendaciones a la JCB con una antelación mínima de 45 días antes de la reunión anual de ésta. El Presidente del STAC o, en su ausencia, un miembro del STAC con facultades para actuar en su nombre, asistirá a todas las reuniones de la JCB.

---

<sup>10</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 37.ª reunión en 2014. [Véase el informe de la JCB(35), documento TDR/JCB(35)/12.3].

<sup>11</sup> Texto modificado por los organismos copatrocinadores de acuerdo con la Junta Coordinadora Común; modificación en vigor a partir de la 36.ª reunión en 2013. [Véase el informe de la JCB(35), documento TDR/JCB(35)/12.3].

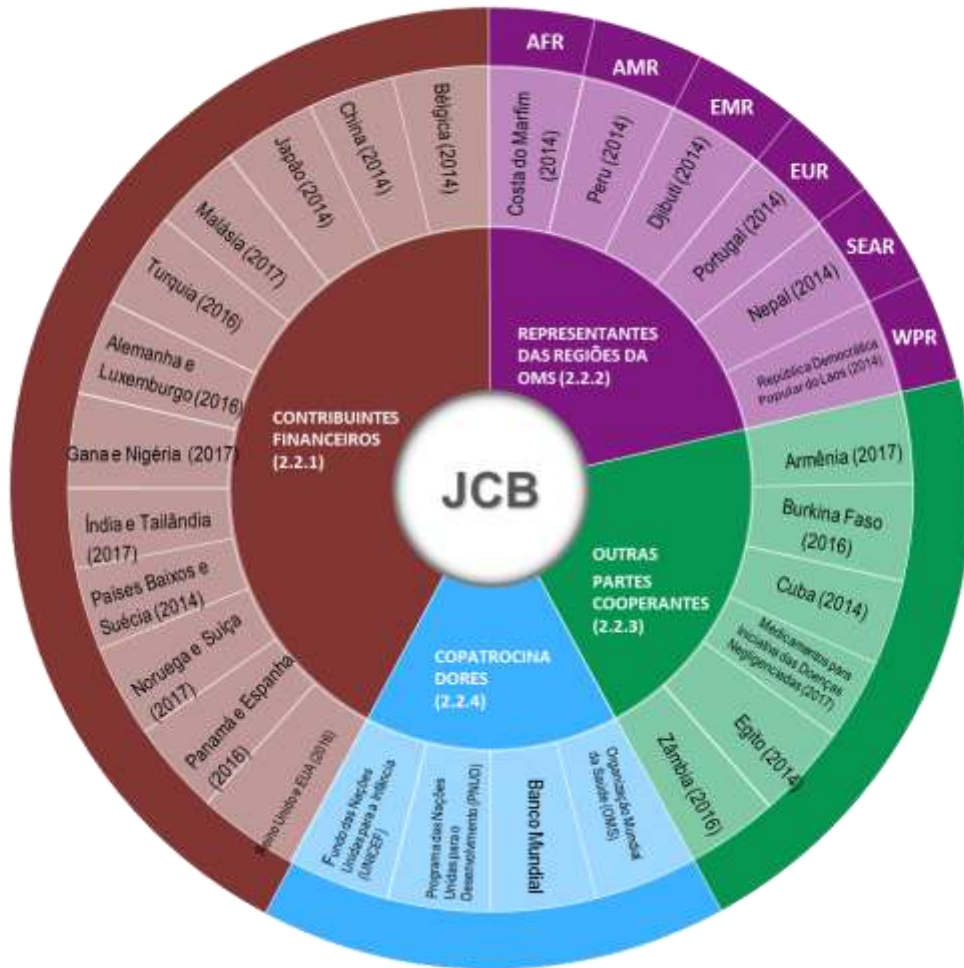
## **5. EL ORGANISMO DE EJECUCIÓN**

El Director General de la OMS, tras las consultas que estime oportunas, nombrará al Coordinador y al Director del Programa Especial y nombrará o destinará en este Programa a todo el personal restante que se haya previsto en los planes de trabajo. Utilizando, si es necesario, los recursos administrativos de la OMS y en cooperación con los copatrocinadores del Programa Especial, el Coordinador será responsable de la gestión general del Programa Especial. Bajo la autoridad del Coordinador del Programa Especial y sacando el máximo partido de los recursos científicos y técnicos de la OMS, el Director del Programa Especial será responsable del desarrollo general científico y técnico y de las actividades de dicho Programa, incluidos el plan de acción y el presupuesto.

Anexo D

**Composição do Comitê de Coordenação Conjunta do TDR**

(em 1º de janeiro de 2014)



---